

I ENCONTRO DE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA

COMUNICAÇÃO

Manuel Jauará*

TITULO: CONFLITO MILITAR E CONSTRUÇÃO DE ESTADO NACIONAL NA ÁFRICA LUSOFONA: de Luta de Libertação a Guerra Civil

“A tensão política e militar regressa a Bissau (capital da Republica de Guiné-Bissau) com a morte do comodoro Mohamed Lamine Sanhá, um muçulmano e ex-chefe do Estado-Maior da Armada, dois dias depois ter sido baleado por desconhecidos, perto da sua casa. Após ter sido divulgada a morte de Sanhá, eclodiram distúrbios que culminaram com a morte de um jovem. Os manifestantes, entre outras palavras, gritavam: "É isto que Tagmé Na Waie quer e já "conseguiu", numa alusão ao actual chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, a quem acusam de estar por detrás do atentado contra Sanha". Origem do documento: jornal correio da manhã (Lisboa), 07/01/2007.

Esta notícia não é incomum nos países africanos, em particular nos países africanos da língua portuguesa. É constante o descontentamento na caserna depois da promoção a altos patentes ou nomeação por cargos estratégicos nas forças armadas. Como em geral, depois da independência desses países, os guerrilheiros se transformaram em militares e a guerrilha em forças armadas. A carreira militar com toda a sua normatização, onde foi estabelecida, nem sempre a regra é respeitada, em função de fatores regionais, étnicos, religiosos e atualmente politico-partidario.

Observa-se que, o movimento dos Capitães (refiro-me a Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal), é importante esclarecer este tópico, surgiu fundamentalmente, em função do acirramento do quadro da guerra colonial. Prova isso, o fato de que em 1969 o maior parte do exército português já estava mobilizado na África, onde em 1972, combatiam 142 mil soldados do exército português, em varias frentes do continente. Mais da metade do orçamento era consumido pela defesa e segurança das colônias.

Naquele momento, as forças portuguesas haviam perdido controle sobre 2/3 da Guine- Bissau. Em 1973, morre o líder dos guerrilheiros, Amilcar Cabral, assassinado pela PIDE (polícia política Salazarista), segundo versão dos emancipacionistas, na capital da ex-Guiné francesa. Este fato, por si só, foi suficiente para recrudescer a luta armada e inviabilizar qualquer negociação de paz entre os emancipacionistas e o governo de Marcelo Caetano.

Em Angola, a partir de 1966, a guerrilha africana reforçava as suas posições nas fronteiras de Sahba e Zâmbia a fim de exercer mais pressões para o este.

Em Moçambique, a luta armada com base nas duas províncias de Cabo Delgado e de Niassa rechaçava o exército colonial para o sul com severas perdas humanas.

Tudo isso contribuiu para que a luta dos africanos fosse irreversível e apresentasse perspectiva de vitória.

É nesse quadro que se deve entender o poder de pressão de altos patentes militares nesses países, eles se apresentam ou são apresentados à sociedade civil como heróis libertadores e conseqüentemente, merecedores de todas as honras. Por isso o descontentamento de um pequeno número deles é uma ameaça a estabilidade política, o que coloca em causa o processo político, em particular a construção do Estado-Nação.

Naquele momento, a tarefa principal dos novos dirigentes consistia em construir um Estado Novo, institucionalizar estruturas administrativas, judiciais e políticas que atendessem as novas demandas da sociedade plural em formação.

A minha comunicação privilegiará a tensão político militar na África lusófona, enfatizando a mobilização das forças armadas para defesa da soberania, como também para estabelecimento da ordem interna, frequentemente em irrupção ou em estado de anomia, como diria Durkheim.

É verdade que a instabilidade política pode ser provocada por vários fatores, não só militar. A pobreza endêmica da população dos países da África lusófona, cuja maioria vive com menos de trezentos euros por ano, a dependência dos governos a boa vontade das instituições como BM/FMI. Apesar de Angola hoje, ser um dos grandes exportadores de petróleo, ainda assim, a sua população vive na miséria. Agrega a esses fatos apontados, a disputa político partidário, lideranças ou facções políticas movidas por clivagens regionais, étnicas ou religiosas.

Entretanto nesta comunicação darei ênfase à análise dos conflitos de natureza político militar e sua implicação na estabilidade dos respectivos países, em particular Guiné-Bissau como referencia principal.

Além da luta pela emancipação política, Angola teve que enfrentar uma longa guerra civil (1975 a 2002), que opõe o governo de MPLA, liderado por Agostinho Neto, depois Jose Eduardo dos Santos ao partido UNITA, liderado por Jonas Savimbi, até a sua morte. Depois da guerra civil, o Presidente Jose Eduardo dos Santos adotou a estratégia de não deixar por muito tempo, os oficiais generais nos comando de postos chaves. Também promoveu um amplo expurgo nas forças armadas dos oficiais não confiáveis ao regime. Moçambique passou pelo mesmo processo, depois da independência teve que suportar uma guerra civil de duas décadas (1977 a 1992). A oposição ao FRELIMO, partido dirigido por Samora Machel e depois Joaquim Chissano, principalmente os empresários de origem portuguesa, com a colaboração da África de Sul, financiaram a RENAMO, liderado por Dacklama para hostilizar e inviabilizar o governo recém instalado em Maputo.

São Tomé Príncipe e Cabo Verde herdaram exercito do governo colonial, depurados dos militares portugueses metropolitanos. As forças armadas de Cabo Verde incorporaram os comandantes caboverdianos que lutaram nas matas da Guiné-Bissau, pela independências dos dois países. Mas, os oficiais do exercito de São Tomé e Príncipe, na sua maioria pertencia ao batalhão do ex-Bufalos; vindos da tropa de choque anti-comunista de África de Sul do Apartheid, engajados nessa época no combate as guerrilhas de orientação marxista em São Tomé, Angola, Namíbia e Zimbábue. Agora, abordarei especificamente o conflito político militar na Guiné-Bissau.

Conflito Militar de 1998/1999

Surge de novo um outro conflito, o que ilustra que esse país vive em constante instabilidade política, agora no meio militar. No mês de junho do mesmo ano (1998), presidente Nino Vieira afasta, por decreto presidencial, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o general Assumane Mané, acusado de favorecer o tráfico de armas para os “Rebeldes Separatistas” de Cassamance, Senegal. O general Mané não só refutou as acusações como considerou inaceitável a forma arbitrária da sua demissão. Ele então

constituiu uma Junta Militar para enfrentar o presidente, o que precipitou uma guerra civil (1998/1999) na Guiné-Bissau. Nino Vieira chama em seu auxílio tropas do Senegal e da República da Guiné, em abrigo de acordo de assistência militar assinados por esses países, já que a maioria absoluta dos militares guineenses ficou do lado do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas destituído. Esse conflito foi ápice de um longo processo de enfrentamento interno na caserna. Desde o governo Luis Cabral (primeiro presidente da república), que os presidentes interferem na composição da hierarquia das forças armadas e na distribuição de comandos estratégicos. Foi essa intromissão malsucedida do presidente Luis Cabral que precipitou o golpe liderado por Nino Vieira.

Quando o general Vieira chegou à presidência da República, não confiou na hierarquia dos seus colegas de armas. Procedeu, imediatamente, a transferência de comandos e nomeação para postos relevantes os oficiais de sua absoluta confiança. Depois do afastamento e morte, sob acusação de tentativa de golpe, do único oficial general da etnia balanta (coronel Paulo Coréia), o presidente Nino Vieira decidiu afastar a maioria de oficiais dessa etnia, enviando-os para a guarnição de fronteira e/ou para comporem as forças de paz solicitadas pelas Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, iniciou a política de rejuvenescimento do oficialato das forças armadas, promovendo jovens oficiais que tinham terminado a Academia Militar para oficiais superiores no exterior. Muitos desses jovens eram, na ocasião, tenentes e foram promovidos para majores e tenentes-coronéis e, paralelamente, os antigos oficiais da época de libertação foram progressivamente perdendo comando; alguns ficaram nas forças sem funções específicas e boa parte dos antigos oficiais foi compulsoriamente para a reserva, sem remuneração condigna. Essas medidas eram mais cautelares do que a efetiva renovação do comando; visavam, principalmente, a inviabilizar qualquer articulação dos oficiais oriundos da luta de libertação contra o presidente Nino Vieira. Essa era a situação do general Anssumane Mané. Ele ocupava a chefia do Estado Maior General das Forças Armadas em 1990/1992; foi, então, demitido e colocado na reserva. Mas como era amigo e confidente do presidente Nino Vieira, este recorreu a ele para preencher a vaga aberta com a morte súbita do então oficial da geração intermediária, coronel Saco Câmara, que o havia substituído no comando do Estado Maior General das Forças Armadas. Esse oficial foi nomeado para a chefia do Estado Maior não só por ser homem de confiança do presidente, mas, também, porque transitava bem entre a geração antiga e a nova em ascensão.

Numa entrevista concedida ao jornal português (expresso de 26/09/98), o general Nino se referiu jocosamente ao seu antigo amigo e confidente, comandante Assumane Mané, por este ter assumido a liderança da rebelião militar contra o governo. Ele diz que

o líder da Junta Militar não tem capacidade para a liderança e que é uma pessoa complexada, o que dificulta o seu relacionamento com os outros oficiais, principalmente os mais jovens, o que tem afetado a sua função de mando. Acrescenta, ainda, que os jovens oficiais têm maiores capacidades do que ele e isso cria-lhe dificuldade em responder às exigências do cargo (Jornal Expresso online, 26/09/98)

É estranha essa opinião do presidente porque, se fosse verdade, como entenderia a mesma pessoa ser designada por duas vezes para ocupar o mais alto comando da hierarquia militar (chefia de Estado Maior General das Forças Armadas). O problema principal estaria na confiança depositada no general Assumane Mané que começara a ser abalada, na medida

em que este não aceitou assumir sozinho a responsabilidade do tráfico de armas para os rebeldes senegaleses. O presidente, que não aceitava ser contrariado, demitiu o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas sem maior explicação, o que provocou a eclosão do conflito latente entre as gerações dos oficiais jovens que ficaram ao lado do governo, enquanto a geração de luta armada e todos os reservistas se juntaram ao general Anssumane Mané, para juntos formarem “A Junta Militar”, força rebelde contra o governo.

A guerra civil terminaria em maio de 1999 com a vitória da Junta Militar sobre Nino Vieira, que parte para o exílio em Portugal. Malam Bacai Sanha, Presidente da Assembléia Nacional Popular (parlamento local), assume interinamente a chefia do Estado até a eleição prevista para o final do mesmo ano. Ele passa a exercer o poder presidencial em sintonia com o Comando Supremo da Junta Militar. Francisco Fadul foi nomeado primeiro-ministro do GUN – Governo de Unidade Nacional - desde o acordo de Abuja, capital política da Nigéria. É importante sublinhar que durante o conflito houve várias tentativas de negociações diplomáticas para se chegar a um acordo, o que poria fim à guerra civil. Foi em Abuja, no final do ano de 1998, que se chegou a um acordo de cessar-fogo e de formação de um governo de transição até a nova eleição geral no país.

O acordo assinado em Abuja, capital política da Nigéria, contemplava cinco pontos polêmicos, quais sejam:

1º – reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de agosto de 1998 na cidade de Praia (República de Cabo Verde);

2º – retirada total dos militares estrangeiros, simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ecomog (braço armado da Comunidade Econômica para Desenvolvimento da África Ocidental - CEDEAO) que as substituirá;

3º – a força de interposição garantirá a segurança na fronteira com o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações humanitárias livres acesso às populações civis. Ao mesmo tempo, o Aeroporto de Bissalanca e o Porto de Bissau, que estão sob o domínio da Junta Militar, serão liberados (abertos);

4º – formação de um Governo de Unidade Nacional que, segundo o acordo, deverá incluir, além dos representantes do presidente Nino e da Junta Militar, os representantes das outras formações políticas;

5º – preparação e convocação das eleições legislativas e presidenciais para 1999, sob a supervisão da comunidade internacional.

Mas esse acordo não perdurou por muito tempo; ambas as partes desobedeceram algumas cláusulas do acordo, o que os levou de volta à guerra até ao exílio em Portugal de Nino Vieira.

A eleição geral foi realmente convocada para o final do ano de 1999. O general Anssumane Mané, comandante supremo da Junta Militar, depois de vencer as forças governamentais, recusou-se a candidatar para qualquer cargo político e manifestou a sua disposição de passar para a reserva assim que a estabilidade política fosse garantida. Depois da eleição, o comando da Junta Militar não só relutou em dissolver a Junta, como tentou tutelar o governo, criando um comando paralelo e exigindo a garantia de privilégio durante dez anos, através da publicação da chamada “Carta Magna” (Jornal Expresso online, 20/11/99), enviada para os órgãos dos poderes constituídos e partidos políticos locais. Entre outras exigências, a Junta queria a prerrogativa de nomear e exonerar, durante dois mandatos presidenciais (10 anos), o procurador-geral da República e ser ouvida na nomeação e demissão do governo. Contudo, essa tentativa dos militares não progrediu, porque o comando supremo da Junta reafirmou numa conferência de imprensa a sua

disposição de regressar ao quartel após a normalidade institucional; além disso, o comandante supremo da Junta morreu misteriosamente; para alguns, foi assassinato, para o governo, foi uma revolta interna.

As eleições gerais e simultâneas foram realizadas em 28 de novembro de 1999. Para o parlamento, registraram-se 13 partidos e, para a presidência, foram 12 candidatos, sendo 6 mais expressivos. O antigo partido único (PAIGC) teve como candidato no pleito o presidente interino Malam Bacai Sanha. Kumba Yala, do Partido de Renovação Social (PRS), que havia enfrentado o antigo presidente Nino no pleito de 1994, agora se elege com facilidade no segundo turno dessa eleição. O quadro eleitoral foi o seguinte: Kumba Yala teve 38,8% no 1º turno e 72% no 2º turno de votos válidos; Malam Bacai Sanha teve 23,4% no 1º turno e no 2º turno obteve 28,0% de votos válidos. Com esse resultado, mudam profundamente as personalidades mais expoentes no Estado, mas a debilidade administrativa e a instabilidade política continuam.

O presidente Kumba não conseguiu até agora apresentar um programa ou uma estratégia política para a recuperação do país. Três governos sucessivos foram nomeados pelo presidente sem que nenhum deles tenha se revelado eficiente e convincente na execução dos programas propostos. Aliás, a presidência e o governo não apresentaram nenhuma estratégia consistente para a reabilitação do país; ou seja, na palavra de Carlos Lopes (sociólogo guineense), ainda não existe “um projeto democrático” para alavancar o desenvolvimento da Guiné-Bissau e, muito menos, uma política de inserção social dos excluídos, sobretudo a inserção da comunidade rural na tomada de decisão política e de desenvolvimento, ainda que seja a nível local, inexistente. O denominador comum dos três governos sucessivos da era Kumba é a inexperiência política e administrativa.

Kumba tem, pelo menos, um importante mérito, isso deve ser reconhecido. Ele estava promovendo uma abertura de oportunidade a muitos quadros técnicos qualificados, que nunca tiveram oportunidade nos sucessivos governos do PAIGC. Ele estava conseguindo desarticular, ou diluir, a aliança dos luso-africanos com algumas lideranças etnorruais que, juntos, acostumaram a extrair para benefício próprio vantagens significativas dos poucos recursos públicos, com o agravante de muitos luso-africanos repatriarem esses recursos para suas poupanças externas em detrimento do progresso do país. Pela primeira vez, os balantas (a despeito de balantinização do governo e da administração pública) e outras etnias tradicionalmente marginalizadas estão tendo oportunidade de ingressarem no seleto grupo da sociedade elitizada de Bissau, ainda que seja na condição de novos ricos, mas acéfalos do “capital cultural” na leitura dessa elite.

O seleto grupo da burguesia burocrática, que surgiu ainda que inorganicamente na época colonial, e ampliou seus membros com a inclusão da nomenclatura do PAIGC, depois da independência e durante muito tempo, vem se dedicando à organização e consolidação do grupo em um impenetrável e poderoso “Bissau lobby” e enfrentaram h um forte oponente. O Sr. Kumba identificou uma parte do grupo incrustado no aparelho do Estado e abriu uma guerra incessante contra ele. Essas pessoas decidiram fazer o que mais sabem fazer, desorganizar a administração pública, inviabilizar a administração dos sucessivos governos do PRS e desacreditá-los junto à opinião pública nacional e internacional. A presidência de Kumba foi se consumindo no enfrentamento da forte e persistente pressão do “Bissau lobby” em favor da defesa do grupo e da abertura de um canal de interlocução e negociação para uma alternativa conciliadora. O governo de gestão chefiado por Mario Pires, um membro da elite luso-africana (facção da burguesia burocrática), parece sinalizar isso.

CONCLUSÃO

Tentei demonstrar ao longo desta comunicação, que a despeito do pluripartidarismo adotado na África Lusófona, guardadas as devidas ressalvas, não eliminou os conflitos políticos militares e, conseqüentemente, não assegurou a estabilidade política desses países. Ale disso observa-se que seguem os critérios e os jogos políticos típicos dos países recém-saídos do autoritarismo, mas que ainda estão distante da consolidação institucional das regras democráticas a que os principais atores proponentes juraram respeitar e adotar como únicas regras possíveis para o jogo político ora iniciado. Só que, a despeito das eleições pluripartidárias ocorridas, no caso da Guiné-Bissau, as garantias de direitos fundamentais dos cidadãos estão longe de serem respeitadas. Em 1991, foi adotado o pluralismo político, e a revisão constitucional assegurou o direito à liberdade de organização de partidos políticos, a liberdade de expressão de opinião e de inviolabilidade dos direitos constitucionais (lar, correspondência, prisões arbitrárias e atropelos à carta magna).

Na prática, acontece a mesma arbitrariedade que era normatizada na época do partido único. Em 1993, um ano antes das eleições gerais, dezenas de militares foram presos e acusados sem provas de tentarem golpe de Estado contra o poder instituído. Em 1997, o primeiro governo saído das urnas foi demitido pelo presidente, contrariando as regras do sistema semipresidencialista, que previa consultas aos partidos, principalmente o majoritário, e a escolha do próximo primeiro ministro deveria respeitar o resultado das urnas. O presidente, à margem de todas essas regras, escolheu para primeiro-ministro uma pessoa de sua absoluta confiança, ou seja, o seu primeiro-ministro do antigo governo do partido único, e não fez opção, como deveria ser, por alguém indicado pelo partido.

O primeiro governo saído das urnas, e o segundo governo, agiram como se o regime continuasse a depender da boa vontade do presidente, sem compromisso com o desmantelamento dos órgãos de repressão da era autoritária que continuam afrontando os princípios democráticos da ordem democrática presumivelmente instituída.

O regime do general João Bernardo Vieira chegou ao fim depois de um retumbante fracasso que levou a sociedade guineense à guerra civil. O presidente Kumba agiu como se o passado não tivesse deixado lições e continuava perseguindo e prendendo sem culpa formada e sem mandado judicial todos os políticos e juízes expressivos do país. Se conceituarmos o “regime” segundo o critério de O’Donnell (1988, p. 120) como o conjunto de padrões, explícitos ou implícitos, que determina as formas e canais de acesso aos principais cargos governamentais, as características dos atores que são admitidos e excluídos desse acesso, e os recursos ou estratégias que esses atores podem utilizar para obter esse acesso o que envolve necessariamente a institucionalização dessas regras, isto é, os padrões que definem um dado regime, devem ser conhecidos, praticados e aceitos, pelo menos por aqueles que esses mesmos padrões definem como participantes do processo. Onde existe um regime efetivo é improvável que os dissidentes, reais ou potenciais, ameacem esses padrões devido à sua fraca organização, falta de informação, despolarização manipulada ou instrumentalização da desordem seguida de repressão. Esses regimes podem receber rótulos de autoritários, democráticos ou subdivididos em subtipos.

É justamente esse tipo de regime que age na penumbra de indeterminação do processo político, que deixou na sua essência de ser autoritário, mas ainda não se configura como democrático, que corresponde à atual configuração política predominante na África.

É esse tipo de transição tipicamente africana, em particular o atual regime guineense, que encarna esta tipicidade política. O regime político da Guiné-Bissau, tanto o anterior quanto o atual, persegue a política de instrumentalização da desordem, o que vem provocando atualmente dissenso no quartel, estimulando sentimento étnico, sobretudo depois da morte (assassinato ou ajuste de conta, ainda está para se confirmar) do general Anssumane Mané, líder da Junta Militar, entre os altos oficiais das forças armadas. O sentimento de preterição de alguns oficiais existia e existe, mas muito sutilmente, só que agora está sendo explorado politicamente.

O poder judiciário que, segundo a constituição, deveria eleger o presidente da Suprema Corte, através do conselho da magistratura e empossado pelo Presidente da República, não está sendo respeitado; esse preceito jurídico continua letra morta. O presidente continua escolhendo e nomeando o presidente da Suprema Corte da Justiça e exonerando-os livremente a arrepio da carta magna.

Em relação ao Parlamento dissolvido na ocasião, o presidente da República vem sistematicamente recusando a promulgação da constituição aprovada em abril de 2001. O Sr. Kumba Yala insiste em retirar da atribuição do chefe do governo e instituir como prerrogativa da presidência o direito de nomear e exonerar o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, os chefes dos Estados Maiores das Três Armas (Marinha, Forças Aéreas e Exército), nomear e exonerar embaixadores e representantes diplomáticos e exige, ainda, que o Presidente do Supremo Tribunal da Justiça (Suprema Corte Guineense) informe regularmente à presidência da República assuntos relacionados com a administração da justiça nos tribunais. Além de tudo isso, o doutor Kumba Yala exige mudanças constitucionais que lhe reservem o direito de presidir quando pretender o Conselho de Ministro, ou seja, assumir também as atribuições do Chefe do Governo (rdp África.online. 24/02/03).

Apesar de reconhecermos ao Sr. Kumba Yala o mérito de ter assumido corajosamente o enfrentamento impiedoso do poderoso e seletivo grupo, que designamos de “Bissau lobby” (aliança da burguesia comercial com a alta burocracia e personalidades influentes da era PAIGC), redefinir o conjunto de padrões que implicitamente determinam as formas e canais de acesso aos principais cargos governamentais e delinear as características dos atores que são admitidos e excluídos desse acesso, essa orientação e atuação da presidência é um dos fatores que vêm revoltando a elite luso-africana e levando-a a recorrer aos recursos ou estratégias para inviabilizar os sucessivos governos nomeados pelo presidente.

Embora esse enfrentamento seja necessário, talvez mesmo inadiável, deveria ser correlato, no nosso entendimento, com a implementação de políticas públicas que visam à inserção das comunidades etnorrurais nos processos decisórios das estratégias políticas e produtivas, ao menos àquelas que afetam diretamente essas comunidades. cremos que o que ocorre é a ausência dessa articulação de aliança do novo poder com os etnorrurais, a despeito de falarem em nome deles ou representá-los formalmente; mas, na prática, tanto essa administração como a do PAIGC só manipularam e manipulam a desinformação e despolitização dessa comunidade para a consecução dos seus fins políticos ou econômicos.

As considerações de Jean Copans (1974) corroboram com a nossa tese, quando ele observa que a comunidade rural ou etnorrural é excluída do processo decisório como ator relevante pela elite luso-africana, mesmo depois de essa comunidade ter dado prova da sua relevância para o jogo político nos momentos mais decisivos para a vida da nação, como durante a luta de libertação, na sua decisiva participação nos órgãos da soberania dos

poderes constituídos regional ou localmente; e nos primeiros anos da formação do Estado independente, época em que os dirigentes do PAIGC ensaiavam instituir um novo tipo de poder que ameaçava romper com as estruturas coloniais legadas.

Foi o fracasso ou a fraca institucionalização dessa nova ordem que permitiu a emergência e o robustecimento da elite luso-africana no contexto do partido único. A assunção da formulação política e da estratégia de desenvolvimento por parte dessa elite contribuiu decisivamente para a marginalização e depois para a exclusão dos etnorrurais na definição e na tomada das principais decisões sobre o destino do país.

É nesse sentido que Copans (1974) considera os Estados africanos como não-Estado, como um pseudo-Estado que tem que fazer tudo e não consegue fazer nada. Não representa, senão formalmente, nenhuma classe social ou grupo social digno desse nome. Ele não produz atualmente como os Estados das outras civilizações (acumulação econômica via mercado e uma hegemonia de classe ou grupo social proponente de uma estratégia de desenvolvimento socialmente referenciada).

O Estado africano não é capitalista na sua essência, é uma máquina de fazer política. O mercado é também um instrumento político. Dessa maneira, a subordinação da economia nacional, as necessidades e as políticas de consolidação do poder político de ocasião colocam em risco o funcionamento da economia e de todo o sistema produtivo.

Essa ausência do Estado, no sentido de Estado pleno, que concebe estratégias e as executa com o objetivo de implementar e consolidar a democracia política, entendida aqui como processo de resgatar a dignidade humana dos guineenses e inscrevê-los no circuito da renascença africana, que pressupõe: depois de mergulhada em problemas de subdesenvolvimento, repressão política e dependência externa, a renascença tem que ser na África o produto da vontade própria, sustentada pelo pensamento político negro-africano, matizado pelos séculos de experiências políticas africanas e o contato dessa civilização com outras civilizações, como a ocidental, que tem oferecido contribuições inestimáveis, para que a África atual possa dessa contribuição ou experiência reelaborar o seu próprio pensamento político contemporâneo.

*Doutor em Sociologia e Professor na Universidade Federal de São João Del Rei,
MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Armando de. 1964. Guiné: Minha Terra. Ed. Agência – Geral do Ultramar. Lisboa

Albertoni, Ettore A. –1990. –Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites. Imago Editora. RJ.

Armstrong, Robert.G.- 1982- La Asamblea Publica como médio de Participación em lãs Actividades Políticas e Sociales em África. Sebral/Unesco. Barcelona.

Bobbio; N. – 1982 – O Conceito de Sociedade Civil. Ed. Graal. R.J.

_____ 1987 .- Estado, Governo e Sociedad. Paz e Terra. RJ.

_____ 1998 – Igualdade e Liberdade . Ediouro. RJ.

- Brooks, George E. – 1990. Notas Genealógicas de Proeminentes Famílias Luso-Africanas no séc. XIX na Guiné-Bissau. In: Soronda nº 9/01/90. Ed. INEP Bissau.
- _____ 1991. – Centro e Interesses Imperialistas. Revista Soronda n.11 INEP. Bissau.
- Cabral, Amílcar. 1976. A Arma da Teoria. V. I e II. Editora Seara Nova. Lisboa
- CHABAL, P. Socialismo na Guiné-Bissau: Problemas e Contradições no PAIGC desde a Independência. Estudos Africanos, Lisboa, n. 1, 1984.
- Davidson; Basil – 1977 – Revelando a Velha África. Ed. Cadernos de Hoje nº 5 Preto 2ª edição. Lisboa
- Diagne; Pathé. 1982. El Poder en África. In: El Concepto del poder en África. Editora Sebral/UNESCO. Barcelona, Espanha.
- Dowbor, L. – 1980 – Introdução a Geografia Econômica a Guiné-Bissau. Ed. Ministério do Plano. Bissau.
- Fernandes, Florestan – 1977 . Prefácio ao Diário da Libertação . Coleção Testemunha . Nº 2. Ed. Versus. SP.
- Galli, Rosemary. E. 1989 – Estado e Sociedade na Guiné-Bissau. In: Soronda n.8 INEP Bissau.
- Hagan, George – 1982. – El Concepto Del Poder en La Cultura Akan. In : El Concepto Del Poder en África . Sebral /UNESCO . Barcelona
- Hampaté Bá, A. 1980/82 – A Tradição Viva. In História Geral da África. Volume I Ática. /UNESCO.
- Havik. Philip. J. 1990 – Pesquisa sobre a Transformação Rural na Guiné-Bissau. In: Soronda nº 10. Ed. INEP. Bissau.
- Huntington. S. 1975 – A Ordem Política na Soc. em Mudança. Ed. Forense.
- Jauará; M. 1991. O Processo da Construção da Nação em África: Caso Guiné-Bissau. (mesmo U.F.M.G.) Belo Horizonte, MG.
- Ki – Zerbo – 1985 – A História da África Negra. Vol. II Difel SP.
- Konaté; Oumar. 1982. – La Noción de Poder e a África Tradicional y en el Área Cultural Manding em Particular. Editora Sebral/Unesco. Barcelona. Espanha.
- Leite, Fábio. 1988 – Os Eternos Valores Culturais da África. In: Salve 13 de maio? Ed. Secretaria Estado de Educação SP.
- 1982 A Questão Ancestral. SP. (mimeo). U.S.P.).
- 1995/96. Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-Africanas. Revista do Centro de Estudos Africanos –USP 18 –19. pág. 103-18
- Lopes, Carlos. – 1989 – Resistências Africanas ao Controle do Território. Revista Soronda n.7 / INEP. Bissau
- 1990- Relações do Poder numa Sociedade Malinké : O Kaabú do séc.XVIII In: Soronda n.10 INEP. Bissau
- Mané; Mamadú – 1989. O Kaabú: Uma das Grandes Entidades do Patrimônio Histórico Senegambiano. In: Soronda nº 7 (01) Ed. INEP. Bissau.
- Max Gluckman.- s/d -Rituais de Rebelião no Sudeste da África. Textos de Aula. Antropologia IV
- Moreira; Adriano – 1963 – As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné; Angola e Moçambique) In: Ensaios nº 34 . Edição Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.

Mourão, F.A.A. 1994 – O Continente Africano: Utopia e Realidade ao Nível dos Modelos de Explicação – Uma Questão de Método. In: África. Revista do Centro de Estudos Africano. U.S.P. São Paulo 16-17.

Niane. Djibril T. 1982 Sundjata ou A Epopéia Mandinga. Ática SP.

Reis, Elisa P. – 1989 – Política e Políticos Públicos: Na Transição Democrática In: Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. (org.) Alexandria S. de Moura. S.P. Vértice.

Sigaud; Lígia – 1989 – A Presença política dos Camponeses: Uma Questão de Reconhecimento. In: Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República. (org.) Aspásio Camargo e Eli Diniz. IUPERJ/Vértice.

Sola; Lourdes – 1988 – Choque Heterodoxo e a Transição Democrática sem Rupturas: Uma Abordagem Transdisciplinar. In: O Estado da Transição: Política e Econômica na Nova República. Ed. Vértice.

Sylla; Lanciné – 1977 – Reflexions sur la Typologie Classique des Systèmes Politiques Africains. Universite Nationale de Côte D'IVOIRE. Abijan, Série D. (Lettres). Torne 10.

Zocizaum, Yarise – 1988 – O Estado e a Reprodução Étnica em África. In: Soronda nº6 Ed. INEP. Bissau.

Weffort, Francisco – 1992 – Qual Democracia? Ed. Companhia das Letras. S.P.

Observação: texto preliminar e sem revisão.